

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS**



NOME DA DISCIPLINA: Políticas da Educação de Surdos no Brasil
PROFESSORA RESPONSÁVEL: Juliana Guimarães Faria
CARGA-HORÁRIA SEMESTRAL: 64 horas-aula
SEMESTRE/ANO: 1º semestre de 2026
TURMA: Única
EMENTA: A relação Estado e políticas educacionais em geral. Os movimentos de diversificação, diferenciação e avaliação da educação nacional. Legislação e surdez. A regulamentação do sistema educativo goiano e as perspectivas para a escola pública em Goiás. As políticas de inclusão e exclusão sociais e educacionais. O currículo na educação de surdos.
OBJETIVOS: Geral: Compreender a importância das questões político-pedagógicas no cumprimento das ações que colaboram para o alcance dos objetivos educacionais em todos os níveis e modalidades de ensino no Brasil que envolvem o surdo. Específicos: Conhecer os fundamentos da relação entre Estado e Educação. Vislumbrar a perspectiva do sistema educativo de Goiás e refletir criticamente sobre seus impactos na formação docente e na prática com a educação de surdos. Analisar os aspectos da política educacional, o currículo e as questões relacionadas à Inclusão e exclusão social.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO: Unidade 1 – Educação, Política e Estado: Conceitos e Fundamentos. 1.1 Conceito de educação 1.2 O significado da educação formal, não-formal e informal Unidade 2 – A política educacional contemporânea e sua relação com a educação de surdos 2.1 Movimento de Avaliação da Educação Nacional: Sinais; Enem, Saeb e Provinha Brasil 2.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – 9394/96: níveis e modalidades do ensino no Brasil 2.3 Financiamento da educação escolar Unidade 3 – A política educacional contemporânea e sua relação com a educação de surdos 3.1 Políticas atuais da educação de surdos: Lei da Libras, Decreto 5626/2005, Lei de Cotas, LBI e Educação Bilíngue. 3.2 Currículo e sociedade: conceituação e discussões históricas e filosóficas e surdez.

METODOLOGIA

As aulas serão ministradas de forma presencial, contemplando:

- **Tipo de interação/recurso:** serão utilizados recursos de aula expositiva e dialogada com a indicação de material de estudo bibliográfico.
- **Atividades previstas:** as atividades presenciais, teóricas e práticas, entre professores e alunos/as, serão de estudos individuais e coletivos orientados pelos professores, como leitura de textos (artigos, capítulos e demais materiais bibliográficos) e vídeos em Libras, com interação por meio de atividades práticas (como jogos, questionários, tarefas e passos a serem seguidos no aprendizado pelos alunos/as). As atividades práticas correspondem a 30% da carga-horária da disciplina.
- **Produção dos estudantes e frequência:** Para aprovação, o/a estudante deve alcançar 75% de frequência e alcançando média final 6,0, conforme artigo 82 do RGCG (regimento geral dos cursos de graduação), Resolução CEPEC/UFG 1557R/2017.

Todas as atividades, tarefas e avaliações serão propostas pelos professores e discutidas com os/as estudantes no início da disciplina, visando identificar as necessidades e possibilidades de cada um.

AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua e formativa. Visa identificar o andamento da aprendizagem dos conteúdos e mensurar o desempenho por meio de notas atribuídas a atividades coletivas e tarefas individuais, as quais serão utilizados como instrumento de verificação de aprendizagem. Ao todo serão duas atividades para a nota final.

- Atividades Nota 1: Critérios de avaliação: responder corretamente as perguntas, conforme textos estudados.

Data: maio de 2026 – Valor: 10,0

- Atividades Nota 2: Critérios de avaliação: responder corretamente as perguntas, conforme textos estudados.

Data: Junho de 2026 – Valor: 10,0

Quadro de notas:

Atividade	Data	Nota
Atividade Individual	Mai/2026	10,0
Atividade Individual	Junho/2026	10,0
Somatória das notas		20,0
Cálculo da media (dividido por 2)		$20,0/2 = 10,0$

Para aprovação, o/a estudante deve alcançar 75% de frequência nas atividades propostas pela professora e alcançando média final 6,0, conforme artigo 82 do RGCG (regimento geral dos cursos de graduação), Resolução CEPEC/UFG 1557R/2017.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DEMO, P. *A nova LDB: ranços e avanços*. São Paulo: Papirus, 1997.

LANE, H. *A Máscara da Benevolência: a comunidade surda amordaçada*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LOPES, M. C. A natureza educável do surdo: a normalização surda no espaço da escola de surdos. In: THOMA, A. S.; LOPES, M. C. (Org.). *A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MACHADO, P. C. *A política educacional de integração/inclusão*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas*. São Paulo: Cortez Editor, 2001

MOURA, M. C de. História e Educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais. In: LOPES FILHO, O. de C. (Org.). *Tratado de Fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 1997.

SÁ, N. R. L de. *Cultura, Poder e Educação de Surdos*. Manaus: INEP, 2002.

SACKS, O. *Vendo Vozes: Uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1990.

SAVIANI, D. *A nova Lei da Educação – LDB: trajetória, limites e perspectivas*. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SILVEIRA, C. H. O currículo de língua de sinais e os professores surdos: poder, identidade e cultura surda. In: QUADROS, R. M.; PERLIN, G. *Estudos Surdos II*. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. p. 150-189.

SKLIAR, C. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

SOARES, M. A. L. *A Educação do Surdo no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, EDUSF, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARQUEZAN, Reinaldo. *O deficiente no discurso da legislação*. São Paulo: Papirus, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Declaração de Salamanca sobre princípio, política e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2008.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC/INL, 2000.

BRASIL. MEC/CENESP. Princípios básicos da educação especial. Brasília: MEC/CENESP, 1996.

BRASIL. MEC/SEESP. Documento sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial. Brasília: SEESP, 2007.

BRASIL. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jontiem, Tailândia, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em: 22

nov. 2008.

CONVENÇÃO DE GUATEMALA. 1999. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>. Acesso em: 22 nov.2008.

REIS, F. Professor Surdo: A política e a poética da transgressão pedagógica. 2006. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação e Processos Inclusivos) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

ROCHA, S. Histórico do INES. Revista Espaço: edição comemorativa 140 anos – INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos, Belo Horizonte: Editora Littera, 1997.

SKLIAR, C. Educação & exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial. Porto Alegre: Editora Mediação, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?*. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARTINS, Célia. *O que é Política Educacional?* 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NEY, Antônio. *Política educacional: organização e estrutura da educação brasileira*. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2008.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

LIBÂNEO, J.C.; OLIVEIRA, J. F.; e TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

ZOTTI, Solange Aparecida. *Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos de 1980*. Campinas/SP: Ed. Autores Associados; Brasília: Ed. Plano, 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela; ADRIÃO, Theresa (org.). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2007.

TOSCHI, Mirza Seabra; e FALEIRO, Marlene de O. (orgs.). *A LDB do Estado de Goiás – Lei n. 26/98: análises e perspectivas*.

PACHECO, Lenita Brasil; SILVA, Marisa Eugênia Teixeira da; AQUINO; Meranda A. Silva de; CARVALHO, Sebastião Donizete de Carvalho; e NETO, Zilma Rodrigues. *Educação inclusiva e os serviços especializados: CAP, CAS, NAAH/S e Projeto Hoje – Caderno 7*. Goiânia: Secretaria da Educação do Estado de Goiás, Coordenação de Ensino Especial, 2010.

LOUREIRO, Vera Regina. A política de inclusão escolar no Brasil: pensando o caso dos surdos. In: *Espaço: informativo técnico-científico do INES*. Nº 25/26, Rio de Janeiro: INES, jan.-dez., 2006. p. 12-24.

ROCHA, Solange Maria. Tensões atuais no campo da educação de surdos: escola para todos ou escolas para surdos – contribuições para um possível diálogo. In: *Espaço: informativo técnico-científico do INES*. Nº 24, Rio de Janeiro: INES, jul.-dez., 2005. p. 20-24.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (org.). *O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular*. 2 ed. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Especial. *Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade. Volumes: 1, 2 e 3*. Brasília: MEC, 2004.

COSTA, Marisa Vorraber (org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. 4 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MACEDO, Elizabeth. Currículo e diversidade. In: *Espaço: informativo técnico-científico do INES*. Nº 15, Rio de Janeiro: INES, jul.-dez., 2001.

GLAT, Rosana. Adaptações curriculares no contexto da educação inclusiva. In: *Anais: VI Congresso Internacional e XII Seminário Nacional do INES – INES: 150 anos no cenário da educação brasileira*. 26 a 28 de set., 2007.

--